

A renda familiar e por habitante na cidade do Recife¹

CLÓVIS DE VASCONGELOS CAVALCANTI *

I. Introdução

Embora alguns estudos econômicos de natureza empírica hajam sido realizados em torno de problemas da cidade do Recife, não tem sido freqüente a interligação dos resultados proporcionados por essas diversas iniciativas. Assim, os estudos satisfazem sua necessidade mais imediata e depois perdem-se não ultrapassando aquilo que declaradamente pretendiam cumprir. Tal é, por exemplo, o caso de investigações do ETENE sobre abastecimento alimentar e consumo de produtos industrializados na capital pernambucana; ou de pesquisas da Fundação Getúlio Vargas relacionadas com o exame de orçamentos familiares; ou, ainda, de trabalhos semelhantes do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. A mesma situação — observe-se de passagem — é encontrada no tocante ao Nordeste, cujo melhor conhecimento se poderia promover pelo uso mais adequado do material já escrito a seu respeito.²

É propósito deste artigo comparar uma série de diversas informações relativas à renda por família e por habitante do Recife, visando a testar a solidez dos vários resultados conseguidos e, em seguida,

* Professor de Economia do Programa de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

¹ Este artigo é produto de um projeto de pesquisa iniciado quando o autor ainda dirigia o Departamento de Economia, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), havendo recebido apoio do IJNPS, apoio que o autor aproveita para agradecer. Manoel Correia de Andrade, Luís Arturo Fuenzalida, Lycurgo Almeida e Dirceu Pessoa leram uma versão inicial do artigo, apresentando valiosas críticas que permitiram ao autor elaborar versão mais apurada. Todavia — e isto também porque nem todas as críticas propostas se incorporaram ao trabalho —, as omissões e pecados neste existentes são da exclusiva lavra do Autor.

² Uma exceção à regra é o sugestivo trabalho de Hélio Moura, *Distribuição e Níveis da Renda Familiar no Nordeste Urbano*, (Fortaleza: ETENE), 1969.

se validado o teste, situar a posição ordinal do Recife na escala do progresso econômico. Propósito paralelo do trabalho é examinar a consistência de certas afirmações referentes ao desenvolvimento de todo o Nordeste, que lhe atribuem qualidade algo espetacular. A hipótese subjacente, a esse respeito, resume-se na idéia de que, se o Nordeste tem se desenvolvido com o vulto alegado, então ao Recife — metrópole e centro regional de decisões, como se sabe, além de apontado como um dos principais beneficiários da estratégia de desenvolvimento adotada na região — deverá haver correspondido rápida elevação nos seus níveis de bem-estar material, expressos pela grandeza da renda *per capita*. Esta presunção se assenta no fato, que este estudo explora, de que a população da cidade do Recife — bem como a do Grande Recife (Recife, Olinda, Paulista, São Lourenço, Jaboatão, Moreno e Cabo) — cresceu a um ritmo menor entre 1960 e 1970 do que de 1950 a 1960. A diminuição de ritmo teria que redundar, via menor intensidade dos deslocamentos da oferta de mão-de-obra, em crescimento da renda, porquanto — se admitirmos como constante a proporção entre população economicamente ativa e população total —, com o progresso econômico, os deslocamentos da curva de demanda de mão-de-obra, que se deve supor ocorrendo com algum impacto, arrastariam para cima os níveis de ingresso da população.

Ao proceder à inspeção dos níveis de renda no Recife, o trabalho não pretende atingir grau rigoroso de exatidão. Sujeitos a erros, seus resultados constituem uma aproximação da realidade, mas não a realidade completa. Isto, porém, não significa que se deva abandonar o procedimento, pois as medidas, conforme salienta S. Kusnets³, não são negadas por esse fato. “As diferenças na capacidade para satisfazer necessidades, expressas através de disparidades nas taxas de crescimento econômico ou nos níveis de renda *per capita*, não são ilusões estatísticas. Tais disparidades se revelam objetivamente nas correntes de mercadorias que chegam aos consumidores, no *stock* de capital disponível e no grau de proteção frente a inseguranças materiais”.⁴ Assim, se é reconhecido no estudo a insu-

³ “Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations II”, *Economic Development and Cultural Change*, (vol. 5, n.º 1, out. de 1956), p. 9.

⁴ *Ibid.*

ficiência dos critérios estatísticos de que dispõe o economista em seu arsenal de instrumentos, fica sublinhada também a necessidade de conseguí-los em volume capaz de permitir o enunciado de proposições com mais cautela e atenção para a metodologia científica. Incidentalmente, se em muitos casos é alegada a falta de dados, o que na maioria das vezes acontece é simples desconhecimento efetivo daquilo que existe ou da maneira de empregá-lo. Pela razão de se basear este estudo na observação da renda familiar e *per capita*, por outro lado, não deve parecer que aqui se ignorem as limitações ao emprego deste índice de avaliação do nível de bem-estar das populações.⁵ As vantagens de seu uso, todavia, mais do que superam os percalços existentes, não justificando que se cruzem os braços, silenciando diante daquilo que merece ser comentado.

II. Um parêntese metodológico

Este artigo baseia-se fundamentalmente em informações levantadas por quatro pesquisas efetuadas na cidade do Recife ou na área do Grande Recife, a saber:

- (i) ETENE/Banco do Nordeste do Brasil, *Abastecimento de Gêneros Alimentícios da Cidade do Recife*, Fortaleza, 1962 (mimeog.).
- (ii) Fundação Getúlio Vargas/IBRE, *Pesquisa sobre Orçamentos Familiares*, Recife – Pernambuco, 1961-1962, Rio, s.d.
- (iii) ETENE/Banco do Nordeste do Brasil, *Consumo de Produtos Industriais*, Cidade do Recife, Fortaleza, 1968.⁶

⁵ Uma discussão deste assunto é feita por Fernando Mota, *Manual do Desenvolvimento Econômico*, (Rio: Zahar, 1964), pp. 320-327 e por Mário Simonsen, *Brasil 2001*, (Rio: APEC, 1969), pp. 13-15. Comparar com o argumento contundente de Gunnar Myrdal, *Asian Drama, An Inquiry into the Poverty of Nations*, (New York: Pantheon, 2.^a impressão, 1968, vol. I), pp. 474-484, especialmente p. 483.

⁶ Quando o autor começava a reunir material para este artigo, o estudo do ETENE ainda não havia sido publicado. Todavia, graças à colaboração, que agradece, dos economistas Cedyr Lírío de Almeida e Francisco Alzir de Lima, do ETENE, pôde anotar os resultados até então inéditos da pesquisa.

(iv) Fundação Getúlio Vargas/IBRE, *Pesquisa sobre Orçamentos Familiares na Cidade do Recife, 1967-1968* (inédito).⁷

Os procedimentos metodológicos das mesmas, desde a escolha da amostra aos processos de coleta, não serão aqui revistos, de maneira que o leitor deverá buscá-los nas próprias fontes básicas de que se serviu o autor. Outrossim, o uso do material estatístico será feito sem crítica quanto às margens de erro, na suposição de que os equívocos de primeira grandeza porventura existentes possam se manifestar através do cotejo dos resultados dos diversos estudos. A esse respeito, merece ser salientado que os dados de renda do Recife em 1966, obtidos mediante pesquisa do IJNPS para a SUDENE sobre o mercado de pescado local⁸, exibem um padrão nitidamente diverso do encontrado no tocante aos outros anos, impondo sua eliminação do estudo aqui efetuado. E explica-se a razão dessa diversidade: é que o método de cálculo da renda utilizado em 1966 foi indireto, partindo-se da inclusão das famílias com que se fizeram entrevistas em intervalos pré-especificados de renda familiar, ignorando-se os valores efetivamente assumidos por essa variável, ao invés de se partir, como é usual, de tais valores.⁹ O resultado, obviamente, não poderia ser mais fidedigno.

Uma idéia comparativa das pesquisas que constituem o quadro de referência deste trabalho é fornecida pelo Quadro 1. A despeito dos diversos tamanhos de amostra que caracterizam cada uma, nota-se a homogeneidade relativamente boa do número de pessoas por

⁷ Esta pesquisa é parte de um amplo projeto de estudo de orçamentos familiares em toda a América Latina, da Brookings Institution (de Washington, EUA), cuja coordenação no Brasil coube à FGV. O IJNPS, por sua vez, executou a coleta de informações na área do Recife, sob a responsabilidade do estatístico Antônio Carolino Gonçalves, que gentilmente permitiu ao autor ter acesso às cifras de renda coligidas pelos entrevistadores. Os assistentes de pesquisa do IJNPS Maria do Carmo Campos de Araújo, Maria José S. Formiga, Maria de Lourdes Osório Barros, Rosa Maria do Nascimento Amorim e Mário Ferreira, do Departamento de Economia, realizaram com eficiência a tarefa de retirada do material dos questionários, procedendo as computações necessárias.

⁸ Clóvis Cavalcanti, *O Mercado de Pescado do Grande Recife*, (Recife: IJNPS, SUDENE, 1970) p. 35.

⁹ Ver *Ibid.*, pp. 62-63.

família, que oscila entre 5,6 e 6,3 — a média situando-se em 5,85 e o desvio-padrão em 0,27—, atestando a consistência dos elementos levantados. Merece destaque o fato de que o valor correspondente a março-abril de 1967 refere-se ao Grande Recife, entendido como Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão; e que o dado de 1961-1962 não leva em conta os moradores do domicílio não pertencentes à família, daí a cifra mais baixa da série de pessoas por residência. É de se concluir, como resultado, que uma média de 6 pessoas vivendo no domicílio típico do Recife bem reflete a composição domiciliar da capital pernambucana.

Um dos passos mais delicados deste trabalho diz respeito à obtenção dos valores correntes de renda de diversos períodos aos preços de uma mesma ocasião — não somente para os dados recifenses, como ainda no que tange a dados de outras cidades, apresentados no Quadro 3. É que inexistem em todos os casos índices de preços para se poder realizar o deflacionamento dos valores a preços correntes. Várias alternativas poderiam ser lembradas como forma de anulação dessa dificuldade. Uma delas seria a utilização dos deflatores do produto interno do Nordeste, calculados pelo IPEA. Mas a série disponível deste índice só ia até 1967, enquanto alguns dados disponíveis cobrem 1968, além da inclusão de componentes no deflator em causa nada relevantes para a observação da renda familiar. Outra alternativa seria o emprego de um índice nacional de preços, como o deflator implícito do PIB, que existe para 1968. Mas as distorções que o mesmo traria recomendavam a procura de alternativa diferente. Assim, decidiu-se optar pelo índice de custo de vida da Guanabara, publicado por *Conjuntura Económica*, o qual, além de disponível em base mensal, de certa forma considera componentes significativas para a cesta de mercadorias de um consumidor urbano do Nordeste, embora evidentemente constitua só uma aproximação das grandezas pertinentes. É possível que o índice em causa preste-se mais para a aplicação em Salvador do que em Teresina; no entanto, em face da pobreza das alternativas existentes, a solução foi optar pela mais cômoda delas, tomando-se os devidos cuidados para impedir uma cega crença nos resultados finais.

QUADRO 1

Tamanho médio da família do Recife
1960-1968

ESPECIFICAÇÃO	1960	1961- 1962 (média)	1967				1968 jan.- mar.
			mar.- abr.	abr.- jun. (*)	jul.- set.	out.- dez.	
N.º de famílias pesquisadas. . .	581	515	1328	294	150	134	117
N.º de pessoas das famílias pes- quisadas.	3558	2883	7617	1734	907	853	720
N.º de pessoas por família. . . .	6,1	5,6	5,7	5,9	6,0	6,3	6,2

Fontes: 1960: ETENE/BNB, *Abastecimento de Gêneros Alimentícios da Cidade do Recife*, Fortaleza, 1962 (mimeog).

1961-1962: FGV/IBRE, *Pesquisa sobre Orçamentos Familiares*, Recife, Rio, sem data.

1967 (mar.-abr.): BNB/ETENE, *Consumo de Produtos Industriais*, Cidade do Recife, Fortaleza, 1968.

1967 (abr.-dez.) e 1968 (jan.-mar.): Dados levantados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais para a Fundação Getúlio Vargas e cedidos pelo coordenador do levantamento ao autor.

* Dados referentes ao Grande Recife (Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão).

O conceito de renda que serve de apoio ao estudo é o de renda pessoal recebida.¹⁰ Trata-se da dimensão do fluxo de renda segundo o volume ingressado nas unidades recipientes do sistema econômico, estando formada das remunerações dos fatores produtivos: salários, ordenados, dividendos, juros, aluguéis líquidos, receitas monetárias de profissionais autônomos, além, no caso atual, de pensões da previdência social que, a rigor, deveriam ser consideradas como transferências. Não se descontou desses valores o montante recolhido à previdência social e ao imposto de renda, o que significa que se está considerando renda pessoal e, não, renda pessoal disponível.

¹⁰ Veja-se S. Kuznets, "National Income" em *Readings in the Theory of Income Distribution*, W. Fellner e B. F. Halcy (editores), (Homewood, Illinois: Irwin 1951), p. 3.

É possível que se registrem vieses nos dados numéricos a serem comentados, por conta sobretudo da forma de obtenção dos mesmos, que foi lograda mediante entrevistas com os consumidores. Não se sabe exatamente para que lado pendem os vieses, embora a prática de pesquisa de orçamentos familiares antecipe as margens de erro envolvidas.¹¹ O controle dos desvios por erro de informação prestada poderia ser concretizado caso se conhecessem valores de renda produzida, consumida ou gozada, ou mesmo se existissem dados globais da renda paga aos recursos produtivos no Recife, e que infelizmente não sucede nas circunstâncias presentes.

III. Os níveis de renda

Resumem-se no Quadro 2 os elementos necessários à apreciação dos níveis, quanto da evolução, da renda por família e por habitante do Recife. Parece claro, ao primeiro exame, que os níveis de vida recifense, indicados pela variável renda, situam-se nas escalas mais inferiores de bem-estar material — se tomadas as médias brasileiras como marco de referência. Com efeito, observa-se que a cifra de renda *per capita* não ultrapassa, em nenhum dos anos da série do Quadro 2, o degrau dos 1.800 cruzeiros anuais, a preços de junho de 1971. Distorções ocasionadas pelo índice de custo de vida na Guanabara à parte, é de causar apreensão o valor assumido pelo ingresso médio do habitante do Recife. Isto seguramente ocorre pela situação peculiar da capital pernambucana, de cidade inchada¹² —

¹¹ V. L. Klein, *Introduction to Econometrics*, (Englewood Cliffs, N. Jersey: Prentice Hall, 1963) p. 59; Instituto de Economia e Finanças da Bahia, *Mercado do Pescado em Salvador*, (Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1967) (mimeog.) capítulo de metodologia; S. Kuznets, em Fellner e Haley, (*op. cit.*) p. 23.

¹² Tal inchação inclusive já aparenta dar sinais de esgotamento, haja vista que o ritmo de crescimento demográfico do Recife, de 4,3% ao ano, em bases cumulativas, no período 1950-1960, desceu para 3,1% anualmente na década 60-70 (ver FIBGE, *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Pernambuco*, 1970). Enquanto isso, segundo a mesma fonte, a taxa anual de expansão demográfica do Grande Recife (Recife, Olinda, Paulista, São Lourenço, Jaboatão, Moreno e Cabo) passava de 4,3% em 1950-1960 para 4,0% em 1960-1970, acusando a exaustão, ainda que acentuadamente menor, de oportunidades para o crescimento da área metropolitana com centro no Recife.

QUADRO 2

Nível da renda familiar e da renda per capita do Recife
1960-1968
(cifras em cruzeiros)

ESPECIFICAÇÃO	1960	1961- 1962 (média)	1967				1968
			mar.- abr. (*)	abr.- jun.	jul.- set.	out.- dez.	
Renda familiar mensal (Cr\$ correntes).....	16,7	30,5	330,8	355,1	376,6	393,8	375,3
Renda per capita anual (Cr\$ correntes).....	32,8	65,4	692,2	722,2	753,2	750,0	726,4
Renda familiar mensal/salário mínimo (%).....	321	339	414	430	456	477	455
PIB per capita do Brasil (Cr\$ correntes).....	39,6	72,6	823,9	823,9	823,9	823,9	1.108,3
Renda per capita do Recife/PIB p. c. do Brasil (%).....	83	90	84	88	91	91	80(**)
Índice do custo de vida na Gua- nabara (jun. de 1971 = 100)	2,27	3,82	43,5	45,2	47,2	49,8	51,1
Renda familiar mensal (Cr\$ de jun. 71).....	735	797	761	790	800	790	730
Renda per capita anual (Cr\$ de jun. 71).....	1.440	1.710	1.590	1.600	1.600	1.510	1.420

Fontes dos dados básicos:

Ver Quadro 1.

Renda por habitante do Brasil: FGV, *Conjuntura Económica*, vol. 24, n.º 6.

Índice do custo de vida na Guanabara: FGV, *Conjuntura Económica*, diversos números.

* Dados referentes ao Grande Recife (Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão).

** O valor correspondente à renda per capita do Recife foi centrado entre junho e julho para melhorar o grau de comparabilidade, neste sentido tendo sido empregada a variação de preços ocorrida entre fevereiro e junho-julho na Guanabara.

para usar o adjetivo aplicado por Gilberto Freyre —, com populações marginais sobrevivendo precariamente, como por uma possível insuficiência dos fatores básicos da organização econômica que a cidade do Recife bem representa. Em todo caso, verificar que um núcleo urbano nordestino da importância do recifense — compreen-

dendo cêrca de 1,1 milhão de pessoas¹³ — caracteriza-se pelas margens de pobreza assinaladas implica em reconhecer a existência de precária sustentação para o surgimento espontâneo ou quase espontâneo de forças acionadoras do desenvolvimento econômico da área em que se localiza tal núcleo. Isto possivelmente se reflete num acanhamento dos estímulos de demanda que possam fomentar o desenvolvimento das atividades atraídas pela existência de mercados locais, atuando ainda do lado da oferta de poupanças — no que deve exercer um papel a desigual distribuição da renda — e, quiçá, no tocante à promoção da capacidade empresarial, como elemento de inibição. A conseqüência mais apreciável de tal constelação de fatos é a necessidade de doses maciças de injeções de estímulos externos que possam contrabalançar o acanhamento das grandezas locais de importância estratégica; e a necessidade de levar para a região a experiência empresarial que ali falta.

E não parece que seja um engano estatístico a demonstração de pobreza oferecida pelo Quadro 2. Cada uma das cifras de renda dessa tabela foi levantada independentemente — as de 1960 e março-abril de 1967 pelo ETENE, as de 1961-1962 pela FGV em colaboração com a SUDENE e as de abril-junho, julho-setembro e outubro-dezembro de 1967 e janeiro-março de 1968 pela FGV em colaboração com o IJNPS. Assim mesmo, empregando diferentes amostragens, pesquisadores diversos e, em alguns casos, técnicas de coleta algo distintas, as pesquisas consultadas, revelando consistência altamente satisfatória, apontam para níveis semelhantes de pobreza, não se registrando qualquer comportamento mais destoante nos dados exibidos. Como conseqüência, antes de ficar duvidando intransigentemente da evidência disponível, que parece taxativa, mais pertinente talvez seja pesquisar as raízes do fenômeno acusado. É bem verdade que o valor monetário preciso do dado de renda *per capita* pouco significado possui; mas não é menos verdadeiro que a ordem de magnitude desse dado coloca o Recife em situação de miséria gritante. Se, como se sabe, a cifra brasileira é, pelos padrões internacionais, insuficiente, então o valor recifense, a um quinto da renda

¹³ Dado para 1970 do FIBGE, citado.

per capita nacional, não pode passar sem forte referência quanto à necessidade de explicar as causas de sua dimensão.

Antes de comentar algo nesse sentido, convém notar como os níveis da renda familiar e por pessoa do Recife aparentam haver ficado praticamente estáveis, entre 1960 e o primeiro trimestre de 1968. Se a comparação é feita entre 1960 e o segundo e o terceiro trimestres de 1967, a taxa de crescimento anual cumulativo da renda *per capita* recifense fica na altura de 1,5 por cento. Queremos crer que o ritmo assinalado por último esteja mais próximo do desempenho real no período, principalmente levando em conta as margens de erro maiores suscitadas pela dimensão da amostra relativa a janeiro-março de 1968 (ver Quadro 1). É possível, por sua vez, que o ritmo de evolução da renda por pessoa não tenha assumido variação uniforme de ano a ano, como sugere a comparação de 1960 com a média de 1961-1962, mas nada autoriza a crença de que o avanço da variável se deu acima da razão de 1,5 por cento. Uma constatação que reforça este ponto é a de que a população recifense mostrou crescimento bem menos rápido de 1960 a 1970 do que na década anterior¹⁴, a queda da taxa de crescimento praticamente significando que a capital pernambucana haja perdido poder de atração sobre populações de outras áreas estaduais e nordestinas. Isto evidentemente só ocorreria na medida em que os atrativos econômicos — um dos quais, a renda — houvessem perdido seu antigo encanto. Com isto, parece ficar provada a suposição de que foi bastante tênue a média de crescimento da renda recifense nos últimos dez anos. Admitindo, por conseguinte, que até 1971 tenha a renda *per capita* crescido à taxa de 1,5% no Recife, obter-se-ia no último ano um valor para a variável não superior a 1.800 cruzeiros, equivalendo a uma cifra de 350 dólares.¹⁵ Se a atividade econômica da capital de Pernambuco

¹⁴ Ver nota 12.

¹⁵ Valor estimado segundo a taxa de paridade do cruzeiro para o dólar, calculada com base no valor de 1950 (segundo UN Department of Economic and Social Affairs "Analyses and Projections of Economic Development" — *The Economic Development of Brazil*, N. York, 1956), pp. 71 e segs. ao qual se aplicaram as elevações do índice de custo de vida no Brasil (Guanabara) e nos Estados Unidos.

só permitiu até hoje que se atingissem montantes tão insatisfatórios como esse, é ocioso especular sobre a dimensão do esforço que se deve empreender com o fito de materializar conquistas de renda mais espetaculares no futuro. E se, de fato, o Recife recebeu, ou tem recebido, grande impulso de crescimento por intermédio da política que se consubstancia nos planos diretores de desenvolvimento do Nordeste, da SUDENE, ou bem o apoio ainda não amadureceu em ganhos efetivos de bem-estar, como se supõe em alguns círculos, ou a própria região nordestina estaria reagindo com lerdeza aos estímulos recebidos para progredir. Talvez, uma inadequação das medidas aplicadas se encontre na raiz do insatisfatório desempenho registrado para o Recife, que, presume-se, constitui manifestação de fenômeno ocorrido em escala regional. Pode-se conjecturar, todavia, que o ritmo de evolução da economia nordestina haja sido mais veloz do que o recifense — hipótese viável, se recorremos à queda da taxa de crescimento demográfico do Recife, já comentada, *pari passu* com o aumento do ritmo de expansão populacional do Nordeste, segundo os resultados mais recentes do Censo de 1970 —, o que invalidaria querer generalizar para a região uma insuficiência diagnosticada na sua maior cidade. Mas é igualmente crível que se um grande surto de progresso ocorresse no marco da atividade econômica do Nordeste, dificilmente a cidade do Recife deixaria de exhibir, ao menos sob forma reflexa, os acontecimentos de mais ampla dimensão.

Uma observação sugerida pelo Quadro 2 é a tirada do confronto entre a renda familiar e o salário mínimo no Recife. Assinala-se uma deterioração do último em relação à média dos ganhos familiares, o que não resultou de rápida elevação da renda familiar, senão que teve sua origem na política salarial adotada a partir de 1964, de frear a expansão inflacionária via — entre outras medidas desaceleradoras — forte controle das subidas de salários. Isto pode significar que a distância econômica dos que vivem com o salário mínimo teria aumentado, significando ademais a existência de faixas

Ver Roberto Cavalcanti, "Desenvolvimento Industrial e Distribuição da Renda: A Experiência Brasileira", *Revista da Secretaria da Fazenda* — (Pernambuco, ano I, n.º 1, 1.º semestre de 1970), p. 6.

da população vivendo em condições talvez aquém do nível de subsistência. Se no Recife a família típica de 6 membros dispõe mensalmente de Cr\$ 800 para seus gastos, montante visivelmente baixo, é de se imaginar o esforço realizado por aquelas cujas receitas de todos os seus membros que exercem atividade remunerada, não ultrapassam os 200 cruzeiros.

Capital de um Estado pobre cuja economia em anos recentes está longe de haver desempenhado uma expansão apreciável¹⁶, o Recife espelha a insuficiência desse desempenho. Talvez não seja correto focalizar apenas o que ocorre nessa cidade, convindo considerar todo o panorama da região metropolitana do Grande Recife, onde, por exemplo, registrou-se uma expansão demográfica nos anos 60 bem mais notável do que no Recife apenas.¹⁷ Não obstante, como o Recife constitui mais de 60 por cento da população de sua micro-região, nada é significativamente omitido pela concentração do foco de interesse na capital pernambucana. E o que a cidade acusa é grandemente um sintoma reflexo da insuficiência da atividade econômica estadual, sobretudo daquilo que acontece na zona produtora de açúcar. Não espanta, portanto, que o agravamento das crises da economia do Estado se revele sob a forma de um quase estancamento no ritmo de expansão da vida econômica do Recife¹⁸, onde se pode afirmar que se situa o barômetro da pressão econômica estadual, desde que pelo Recife transita o grosso das mercadorias e dos recursos que dão movimento à geração de riqueza no Estado.

Por outro lado, no Recife abrigam-se populações que vivem grandemente à margem do circuito de renda monetária: são contingentes de mão-de-obra não qualificada, cuja forma de alimentação carac-

¹⁶ Veja-se Programa de Mestrado em Economia/Universidade Federal de Pernambuco-Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), *Aspectos da Economia Pernambucana (1947-1967)* a ser publicado em 1971.

¹⁷ Segundo FIBCE, citado. Como Grande Recife entende-se aqui o conjunto formado por Recife, Olinda, Paulista, São Lourenço, Moreno, Jaboatão e Cabo. Ver nota 12.

¹⁸ Os jornais recifenses deram ênfase especial ao problema no final do primeiro semestre de 1971.

teriza-se por ser à base do caranguejo¹⁹, capturado nos próprios locais em que vivem os contingentes. Desconhece-se a real magnitude do grupo de pessoas nessas condições; igualmente ignorados são o desemprego e o subemprego que parecem campear em tal meio. Porém, não resta dúvida de que o contingente envolvido assume grandeza apreciável, exercendo importante peso na determinação de valores deprimidos para os níveis de renda recifenses. Isto ocorre por falta de oportunidades de ocupação alhures no Estado — ou em suas vizinhanças —, posto que é da zona rural de onde principalmente procedem os indivíduos dessa condição.²⁰ Assim, a população, expulsa do interior empobrecido, invade o Recife, e continua sem perspectivas de obtenção de um meio de vida estável e permanente, justificando a persistência da renda por família e por pessoa nos baixos níveis assinalados e indicando, como causa geral do fenômeno, a precariedade da base econômica do Estado todo.

Entre as capitais nordestinas, por sua vez, o *ranking* da renda *per capita* situa o Recife atrás de Salvador — que detém a hegemonia regional —, de João Pessoa e de São Luís; praticamente no mesmo patamar de Maceió e à frente de Aracaju, Natal, Fortaleza e Teresina. A indicação é do Quadro 3²¹, que bem pode se prestar a definir a capital pernambucana como a metrópole regional pobre. Em termos de renda familiar, o Recife fica ainda mais distante de Salvador. Por esta razão, não é à toa que se observa um movimento de concentração industrial em torno da capital baiana, pois se para isso contribui o Centro Industrial de Aratu, também a potência do mercado de Salvador, *vis-à-vis* dos de Fortaleza e Recife — centros que podem competir com aquele —, justifica naturalmente a escolha de localização adotada nos projetos atraídos pelo mercado nordeste-

¹⁹ Veja-se Gonçalves Fernandes “Alguns Aspectos Psicológico-Sociais dos Problemas de Abastecimento do Recife”, em *Problemas do Abastecimento Alimentar no Recife*, (Antônio Carolino Gonçalves, coordenador; Recife: IJNPS, 1962), pp. 53-55.

²⁰ A sugestão é de Gonçalves Fernandes, *op. cit.*, p. 54, que fala na troca da condição de ruralista regular pela de marginal urbano. É possível, no entanto, que a condição de marginal urbano suceda, não a de ruralista regular, mas antes a de marginal rural.

²¹ Compare-se com Hélio Moura, *op. cit.*, p. 16.

QUADRO 3

Posição da renda familiar e per capita nas capitais nordestinas e em áreas selecionadas – Diversos períodos

CIDADES E ÁREAS	Período	RENDA PER CAPITA ANUAL		RENDA FAMILIAR MENSAL	
		Cr\$ de jun. 1971	% sobre a renda do Recife de 1967	Cr\$ de jun. 1971	% sobre a renda do Recife de 1967
Salvador.....	1966-ago.	2.095	131	1.135	143
Aracaju.....	1968 dez.	1.247	77	635	80
Maceió.....	1968 out.-nov.	1.565	97	751	95
João Pessoa.....	1967-jul.	1.863	116	963	121
Natal.....	1966 jul.	1.158	72	617	80
Fortaleza.....	1965 jul.	1.392	87	718	92
Teresina.....	1967 fev.	1.000	63	512	66
São Luís.....	1967 fev.	1.785	112	1.026	129
Vale do Moxotó (Pe).....	1966 out.-dez.	610	38	279	35
Caruaru.....	1968 fev.	1.190	74	524	66

Fontes dos dados básicos:

Salvador: ETENE/BNB, *Consumo de Produtos Industriais* (CPI, para abreviar), *Cidade do Salvador*, Fortaleza, 1967.

Aracaju: Clóvis Cavalcanti, *Mercado de Produtos de Pesca em Aracaju*, Recife: IJNPS, SUDENE, 1971 (em publicação).

Maceió: Clóvis Cavalcanti, *O Mercado de Pescado em Maceió*, Recife: IJNPS, SUDENE, 1971.

João Pessoa: ETENE/BNB, *CPI, Cidade de João Pessoa*, Fortaleza, 1968.

Natal: ETENE/BNB, *CPI, Cidade de Natal*, Fortaleza, 1968.

Fortaleza: ETENE/BNB, *CPI, Cidade de Fortaleza*, Fortaleza, 1967.

Teresina: ETENE/BNB, *CPI, Cidade de Teresina*, Fortaleza, 1968.

Vale do Moxotó: Clóvis Cavalcanti & Dirceu Pessoa, *Vale do Moxotó, Análise Sócio-Econômica de uma Bacia de Açude Público*, Recife: IJNPS, DNOCS, 1970.

Caruaru: ETENE/BNB, *CPI, Cidade de Caruaru*, Fortaleza, 1969.

Nota: Como deflator foi utilizado o índice de custo de vida da Guanabara, publicado por *Conjuntura Econômica*, diversos números.

tino. É claro que indústrias que se voltem para uma demanda de escala nacional serão naturalmente puxadas para o pólo de Salvador, em virtude da maior proximidade dos centros consumidores do Centro-Sul, além dos outros benefícios implícitos no maior nível de renda da capital baiana. Uma observação residual que se pode retirar da inspeção do Quadro 3 diz respeito à grande dispersão da renda *per capita* das cidades-capitais do Nordeste em torno da média dos valores apresentados. De fato, o coeficiente de variação relevante chega a 25 por cento²², mostrando o desnível de graus de desenvolvimento existente dentro da própria região — e isto sem considerar pontos mais extremos de pobreza, como ocorreria caso algumas zonas rurais se incluíssem, além do Vale do Moxotó (Pernambuco), no Quadro 3. Para finalizar, pode-se dizer que mesmo dentro do Nordeste, o Recife é uma cidade relativamente pobre, daí se explicando a visão desordenada que a cidade muitas vezes denota por comparação com Salvador. E que o nível de pobreza recifense é muito mais impressionante quando cotejada a renda *per capita* da cidade com a de Brasília, por exemplo: todo o Distrito Federal — incluindo as cidades satélites — possui uma renda que vale 1,4 vezes a média do Recife, enquanto a renda do Plano-Piloto representa pouco mais de 3 vezes.²³

IV. Distribuição da renda no Recife

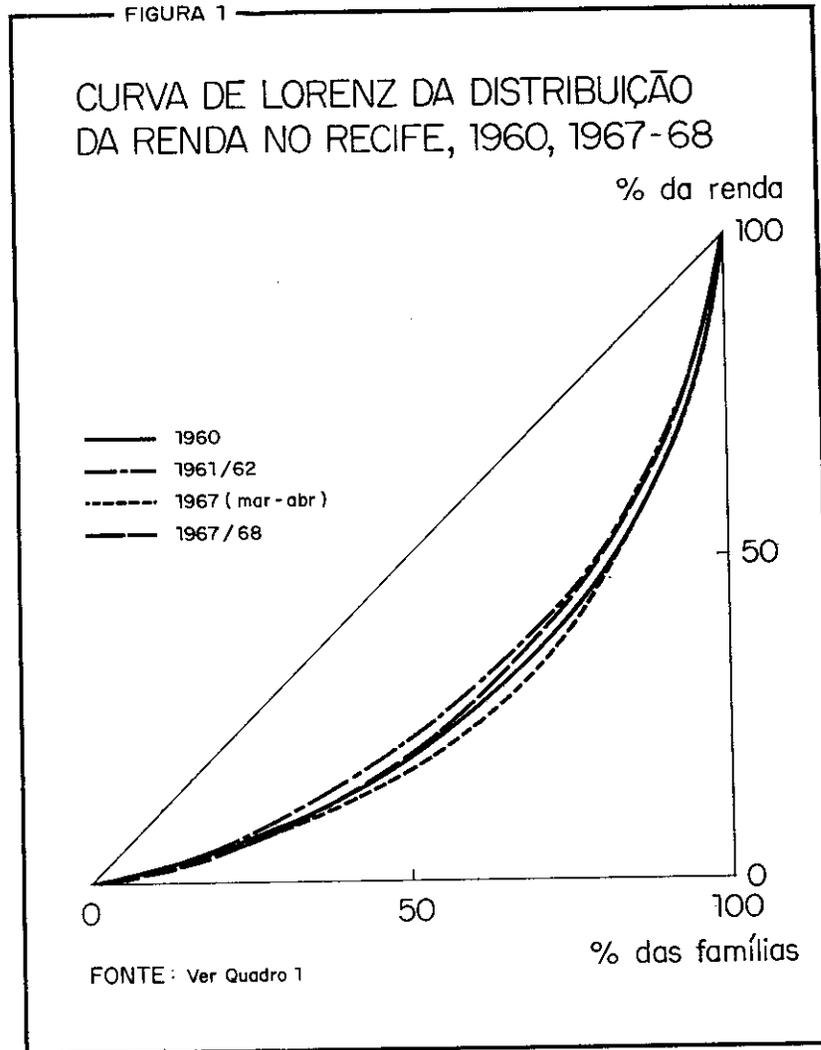
Os Quadros 4 e 5 e, mais, as Figuras 1, 2 e 3 configuram o panorama da distribuição da renda no Recife. Afora os fatos de que não parece ocorrer tendência, entre 1960 e 1968, de maior ou menor concentração do ingresso familiar²⁴ recifense e de que a desigualdade distri-

²² Cifra de Hélio Moura, *ibid.* p. 15.

²³ Os dados de Brasília são de 1968 e se encontram na publicação da Secretaria do Governo do DF, Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), *Estudo dos Orçamentos das Unidades Familiares do Distrito Federal*, (Brasília, 1971), p. 78. A comparação com Brasília não é perfeita, tendo em vista que uma cesta de bens e serviços custaria mais na capital do Brasil do que em qualquer capital nordestina.

²⁴ As famílias foram agrupadas por intervalo de renda sem se levar em conta o número de pessoas do domicílio.

FIGURA 1



butiva da capital pernambucana está a meio caminho entre as de México e Reino Unido, pode-se assegurar que a pirâmide do ingresso exhibe padrões que denotam fortes disparidades entre os escalões de maior e menor renda no Recife. A afirmação não pode ser graduada em termos quantitativos exatos, haja vista os problemas conceituais relacionados com as medidas de desigualdade.²⁵ Entretanto, se aceitarmos a relação de concentração de Gini²⁶ como indicativa da ordem de magnitude dos problemas envolvidos, o valor médio (média dos anos cuja distribuição consta do Quadro 4) correspondente ao Recife (0,45) situa-se acima dos de Belo Horizonte (0,44), Curitiba (0,43), Brasília (0,42), Rio (0,42), Salvador (0,40) e Fortaleza (0,39) (o índice de concentração combinado de Reino Unido e Estados Unidos era de 0,36 em 1952 e o de Índia e Ceilão em anos da década de 50, de 0,41)²⁷, denotando comparativamente uma repartição mais desigual na capital de Pernambuco. Se, por outro lado, observarmos que em 1960 — ano cuja estrutura distributiva muito se assemelha à de 1967/1968, de acordo com a Figura 1 —, 2,8% das famílias, situadas no degrau mais rico, detinham uma renda média que representava quase 14 vezes da média dos 57,5% de famílias do menor intervalo, pode-se bem aquilatar a intensidade do desnível (ver Quadro 4).

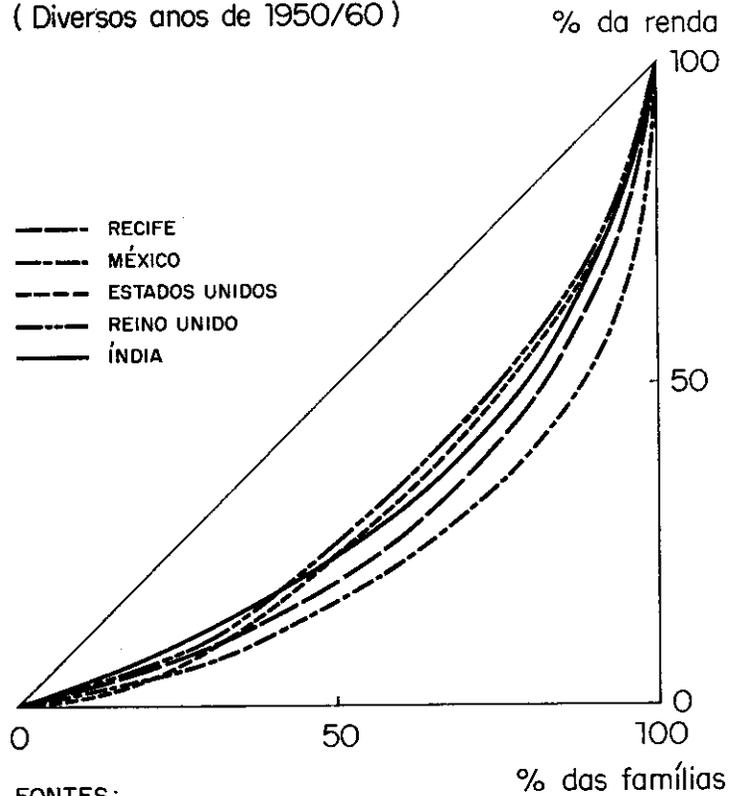
²⁵ Cf. Kuznets, em Fellner e Haley, *op. cit.*, pp. 41-42, e, sobre dados relativos aos Estados Unidos, J. Morgan, "The Anatomy of Income Distribution", *Review of Economics and Statistics*, (ago., 1962), pp. 270-283.

²⁶ V. Mary J. Bowman, "A Graphical Analysis of Personal Income Distribution in the United States", em Fellner e Haley, *op. cit.*, pp. 86-88, para a definição da taxa de Gini como sendo a razão da área entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade perfeita (diagonal do quadrado do gráfico de Lorenz) para a metade da área do quadrado.

²⁷ O dado para o Recife foi estimado pelo autor por um método visual. Os dados das demais cidades são de Dércio G. Munhoz, *Diagnóstico do Abastecimento de Produtos Alimentícios do Distrito Federal*, (Tomo I, Brasília: CODEPLAN, 1970), p. 40; e foram estimados com o auxílio de funções potência de distribuição da renda. A ordem encontrada aqui diverge da que Roberto Cavalcanti, *op. cit.*, p. 11, estimou para algumas cidades da lista apresentada, embora seu valor para a taxa de concentração referente ao Recife em 1951-1962 coincida com o valor calculado pelo autor. Os dados dos países referidos são de Myrdal, *op. cit.*, vol. III, p. 2182, nota 2, e foram estimados por método visual.

FIGURA 2

CURVA DE LORENZ DA DISTRIBUIÇÃO
DA RENDA, RECIFE (1960), MÉXICO (1957)
ESTADOS UNIDOS (1952), REINO
UNIDO (1952) E ÍNDIA
(Diversos anos de 1950/60)



FONTES:

RECIFE Ver Quadro 1

MÉXICO } Ifigenia M. de Navarrete,
ESTADOS UNIDOS } La Distribución del Ingreso y el Desarrollo Económico de
REINO UNIDO } México (México, 1960)

ÍNDIA Gunnar Myrdal,
Asian Drama (N.York, 1968)

QUADRO 4

Distribuição da renda familiar no Recife — 1960, 1961-1962, 1967
e 1967-1968

(dados monetários em cruzeiros de 1967)

GRUPO DE RENDA MENSAL (Cr\$)	Renda Média (Cr\$)	PERCENTAGENS DO TOTAL		PERCENTAGENS ACUMULADAS	
		Famílias	Rendas	Famílias	Rendas
1960					
Menos de 244.....	139	57,5	23,7	57,5	23,7
244-488.....	347	23,8	24,5	81,3	48,2
488-732.....	620	9,5	17,4	90,8	65,6
732-976.....	905	4,1	10,9	94,9	76,5
976-1.220.....	1.110	2,4	7,9	97,3	84,4
1.220 e mais.....	1.890	2,8	15,5	100,0	100,0
TOTAL.....	337	100,0	100,0	—	—
1967 — 1962					
Menos de 120.....	77	7,4	1,3	7,4	1,3
120-180.....	150	13,0	4,4	20,4	5,7
180-300.....	234	25,8	13,8	46,2	19,5
300-420.....	335	18,6	14,2	64,8	33,7
420-600.....	471	14,6	15,6	79,4	49,3
600-960.....	690	10,7	16,8	90,1	66,1
960-1.440.....	1.090	5,0	12,6	95,1	78,7
1.440-3.000.....	1.790	4,3	17,4	99,4	96,1
3.000 e mais.....	3.000	0,6	3,9	100,0	100,0
TOTAL.....	367	100,0	100,0	—	—
1967 (mar.-abr.) (*)					
Menos de 72.....	51	6,0	0,9	6,0	0,9
64-128.....	97	18,1	5,0	24,1	5,9
112-224.....	163	28,8	13,5	52,9	19,4
216-432.....	311	23,5	21,0	76,4	40,4
432-864.....	620	15,7	27,9	92,1	68,3
864-1.225.....	1.002	5,0	14,8	97,1	83,1
1.225 e mais.....	1.950	3,0	16,9	100,0	100,0
TOTAL.....	349	100,0	100,0	—	—

1967 — 1968

Menos de 58.....	40	3,3	0,4	3,3	0,4
58-82.....	70	5,6	1,1	8,9	1,5
82-140.....	122	14,4	4,7	23,3	9,2
140-230.....	165	15,4	6,7	38,7	12,9
230-272.....	229	15,0	9,3	53,7	22,2
272-437.....	352	18,7	17,7	72,4	39,9
437-660.....	548	13,7	20,2	86,1	60,1
660-988.....	808	7,9	17,3	94,0	77,4
988-1.319.....	1.116	4,0	12,3	98,0	89,7
1.319-1.650.....	1.509	1,2	4,7	99,2	94,4
1.650 e mais.....	2.144	0,9	5,3	100,0	100,0
TOTAL.....	358	100,0	100,0	—	—

Fontes dos dados básicos: Ver Quadro 1.

* Dados referentes ao Grande Recife (Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão).

QUADRO 5

Distribuição da renda familiar mensal no Recife por quintis das famílias

1960, 1961-1962, 1967, 1967-1968

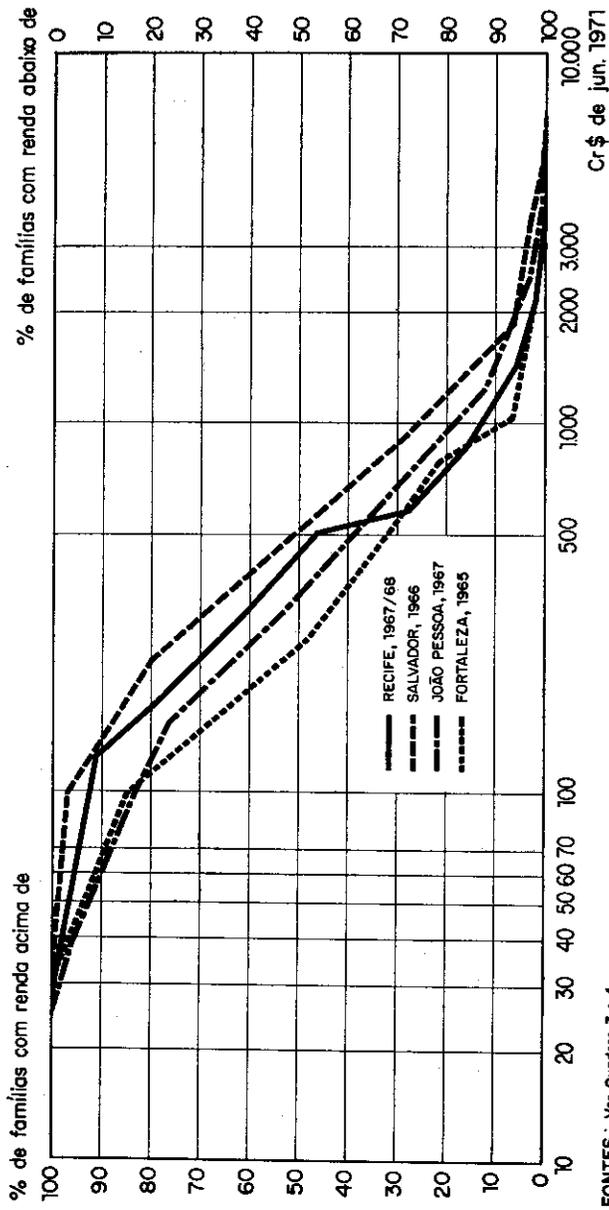
QUINTIS	1960		1961-1962		1967		1967-1968	
	% total rendas	% acumulada						
I.....	6,5	6,5	5,5	5,5	4,5	4,5	5,0	5,0
II.....	8,0	14,5	10,5	16,0	7,5	12,0	8,5	13,5
III.....	11,0	25,5	14,0	30,0	12,5	24,5	13,5	27,0
IV.....	21,0	46,5	20,0	50,0	20,5	45,0	23,0	50,0
V.....	53,5	100,0	50,0	100,0	55,0	100,0	50,0	100,0
Todos.....	100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0	—

Fonte: Quadro 4.

Pela Figura 2, é visível que o Recife está longe de apresentar o desnível repartitivo observado no México em 1957, sem dúvida elevadíssimo. Ao mesmo tempo, porém, encontra-se muito abaixo da situação de maior igualdade que se registrava em 1952 no Reino Unido e nos Estados Unidos, com o agravante de que a média recifense é mais baixa, fato que amplia a significação do registro de que o decil mais pobre da população recifense auferia volume rela-

FIGURA 3

CURVAS SEMI-LOGARÍTMICAS DE RENDA; PORCENTAGENS DE FAMÍLIAS COM RENDAS ACIMA E ABAIXO DE MONTANTES INDICADOS, EM CAPITAIS NORDESTINAS



FONTES: Ver Quadros 3 e 4

tivo de renda no mesmo nível dos Estados Unidos e Reino Unido. Surpreendentemente, desde que se acredita geralmente que a desigualdade da distribuição da renda tende a crescer com o grau de subdesenvolvimento²⁸, a Índia aparece na Figura 2 com um padrão mais equitativo de distribuição (média de diversos anos da década dos 50) do que o do Recife.²⁹ Escrevendo em 1964, V. V. Bhatt sugere que “o padrão de repartição da renda na Índia é mais ou menos similar aos padrões de alguns países desenvolvidos”³⁰, observação que apenas reabre a questão metodológica referente à propriedade dos enfoques teóricos sobre a repartição do ingresso, especialmente quanto à possibilidade que a curva de Lorenz conteria de esconder quase tudo interessante.³¹

De outra parte, indica o Quadro 5 que a proporção de renda controlada pelo quinto mais pobre da população tendeu a cair no Recife, de 1960 a 1968, mostrando claramente a deterioração de poder aquisitivo real deste grupo da população — deterioração que talvez se explique por compressões sofridas pelos recipientes do salário mínimo, a evidência existente neste particular sendo, todavia, insuficiente para uma afirmação mais categórica. Não se pode dizer, em complemento à última constatação, que para o grupo mais rico se transferiu o desgaste de renda do quintil mais pobre. O Quadro 5 a esse respeito nada sugere de conclusivo, parecendo apontar um fortalecimento dos grupos medianos da estrutura repartitiva da renda, enquanto o escalão de cima sustentava seu quinhão inicial.

Nas ordenadas da Figura 3 marcam-se percentagens de famílias e, nas abcissas, a renda familiar mensal em cruzeiros de junho de

²⁸ Ver, por exemplo, G. Myrdal, *op. cit.*, vol. I, pp. 564-565 e as referências ali indicadas (nota 1, p. 565), especialmente I. B. Kravis, “International Differences in the Distribution of Income”, *Review of Economics and Statistics*, (nov. 1960).

²⁹ Os dados de México, Estados Unidos e Reino Unido encontram-se em Ifigenia M. de Navarrete, *La Distribución del Ingreso y el Desarrollo Económico de México*, (México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 1960), p. 84. As cifras indianas são de diversas fontes, reunidas por Myrdal, *op. cit.*, vol. III, p. 2183.

³⁰ “Income Distribution: A Case Study of India”, *American Economic Review*, (set., 1964), p. 719, citado por Myrdal, *op. cit.*, vol. I, p. 567 (nota 2).

³¹ A sugestão é de J. Morgan, *op. cit.*, p. 281.

1971, que possuía cada cidade. Quanto mais acima e à direita se encontrar uma linha do gráfico, tanto mais altas as rendas médias.³² Assim, a curva de Salvador indica que em qualquer escalão dos grupos de renda, as famílias baianas revelam-se mais bem aquinhoadas que as correspondentes em Pernambuco. Já as famílias mais pobres do Recife possuem melhor poder aquisitivo que suas congêneres de João Pessoa, enquanto as mais ricas se situam em posição inferior. Fortaleza, por seu turno, revela-se em geral cidade um pouco mais pobre do que o Recife — se bem que a diferença concernente a cada nível de ingresso considerado possa desaparecer, posto que inexpressiva como medida estatística, além do fato de os dados de Fortaleza se reportarem a 1965, enquanto os do Recife são de 1967/68. Em resumo, pode-se afirmar que o Recife é geralmente mais pobre que Salvador e, quiçá, geralmente mais rico que Fortaleza.

Especulando em torno das causas que justificam a grande desigualdade distributiva da renda no Recife, parece legítima a suposição de que contribua para isso o grande peso das populações marginais recifenses. Em termos quantitativos, poder-se-ia identificar em tal condição o contingente de 20 por cento das pessoas que formam o quintil mais pobre no Quadro 5. Este agrupamento tem se empobrecido, como sugere a última tabela, e é possível — dado o baixo ritmo de crescimento da renda familiar média no Recife — que haja piorado mesmo em termos absolutos. Onde, pois, encontrar-se-ia o estímulo de mercado para arrastar na direção do Recife a localização de indústrias *market-oriented* se, verdadeiramente, mais de 200 mil pessoas devem estar no Recife à margem da economia monetária? Esta situação, que suscita preocupações éticas relacionadas com a necessidade de organizar uma rede urbana mínima no Recife para abrir lugar para que os indivíduos em causa possam viver segundo padrões mais humanos, constitui-se também em grande desafio à política de expansão do poder aquisitivo dos habitantes do Nor-

³² Este tipo de gráfico, introduzido por Mary J. Bowman, *op. cit.*, pp. 88-89, exhibe a propriedade de detalhar a distribuição de renda nas faixas de rendas modais e inferiores, indicando igualmente que, quanto mais vertical for a linha de distribuição, tanto maior a concentração de famílias no intervalo de renda a que se referir.

deste. A existência de tais indivíduos, com efeito, coloca o problema de lhes dar emprego, exigindo que se decida se o objetivo de um plano concebido com tal imagem envolverá a expansão da renda real por pessoa ou simplesmente a ampliação do número de oportunidades de emprego. Se é escolhido o primeiro objetivo, o plano tem irremediavelmente que contemplar a criação de barreiras à imigração, no moldes daquilo já sugerido com respeito ao Recife pelo Padre L. J. Lebet.³³ Do contrário, o plano levaria apenas ao pleno emprego, restando o incremento da renda como simples aspiração.

³³ *Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, (Recife, CODEPE, 1955), pp. 53-58.